

**Adoção das Práticas Contábeis de Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas na Perspectiva do Elaborador da Informação Contábil: Análise do Período de 2006-18 em uma Empresa Agropecuária**

**SIMONE LETICIA RAIMUNDINI SANCHES**

*Universidade Estadual de Maringá*

**EVELINI LAURI MORRI GARCIA**

*Universidade Estadual de Maringá*

**RENATA BISSI DE OLIVEIRA**

*Universidade Estadual de Maringá*

**ERICO GIULIANO DE SOUZA GIANI**

*Universidade Estadual de Maringá*

**Resumo**

Com a convergência para as normas internacionais houve a necessidade de desinstitucionalizar práticas contábeis para institucionalizar outras, como da aplicação do valor justo em Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas. Por meio de um estudo de caso, o objetivo desta pesquisa é analisar as modificações nas práticas contábeis sobre Ativos Biológicos a partir da implementação do CPC 29 na perspectiva dos elaboradores das informações contábeis. A pesquisa é um estudo de caso descritivo e qualitativo realizado em uma empresa de capital fechado que atua no agronegócio. Utilizou a pesquisa documental das demonstrações financeiras pré e pós-convergência das normas (2006-208) e entrevista semi-estruturada com elaboradores das demonstrações contábeis. Adotou a análise de conteúdo para analisar a entrevista e a Teoria Institucional para discutir os resultados. O principal foi identificar alteração na estrutura do ativo da empresa, pela representação dos ativos biológicos, e a aumento da qualidade informacional destes ativos. O processo de adoção do CPC 29 foi centrada na incorporação de ações que garantam o alinhamento com as expectativas dos *stakeholders* e em conformidade com as normas sociais, por meio do mecanismo coercitivo. O resultado do estudo identificou o aumento na qualidade da informação contábil quantitativa e qualitativa na ótica dos elaboradores dos demonstrativos financeiro e para análise dos investidores e influenciadores externos da empresa. A reinstitucionalização das praticas contábeis com a implementação do CPC 29 teve a influencia coercitiva dos investidores, sócios, auditores externos e de fatores culturais como a preservação da imagem da organização perante ao mercado em que atua. Esta melhoria da qualidade da informação contábil ocorrida com a aplicação da norma do CPC 29 pressionada pela reinstitucionalização acontece concomitantemente ao aumento da subjetividade do elaborador destas informações contábeis.

**Palavras-chave:** Práticas Contábeis, Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas, Elaboradores da Informação Contábil.

### 1 Introdução

Ao considerar o contexto organizacional como direcionador das práticas contábeis (Espejo, Frezatti, Cruz & Costa, 2010) houve a necessidade de desinstitucionalizar as práticas contábeis baseadas em regras para institucionalizar aquelas baseadas em julgamentos, priorizando a essência dos fatos econômicos e financeiros (Cardoso, Saraiva, Tenório & Silva, 2009). Esta situação pode ser verificada em Ativos Biológicos, visto que o valor justo foi elencado como uma ferramenta capaz de refletir o âmbito da atividade agrícola, e, assim, elevar a qualidade da informação contábil (Barros, Souza, Araujo, Silva & Silva, 2012; Einsweiller, Fischer, 2013).

Até o ano de 2009, os Produtos Agrícolas deveriam ser avaliados pelo método do custo. Com o Pronunciamento Técnico CPC 29 – Ativos Biológicos e Produto Agrícola (doravante CPC 29), cuja vigência iniciou-se em 2010, esses ativos passaram ser mensurados pelo valor justo e quando empregados em múltiplos exercícios para geração de produtos agrícolas devem ser segregados dos ativos imobilizados no Balanço Patrimonial, por meio de um grupo específico no Ativo Não Circulante. Em 2016 o CPC 29 foi revisado e, entre as alterações, destaca-se que as plantas portadoras devem ser classificadas no Ativo Imobilizado.

Desde a convergência das normas contábeis brasileiras para as normas contábeis internacionais tornou-se recorrente estudos sobre qualidade da informação contábil. Por exemplo, Carvalho e Colares (2013) identificam que para os contadores as características qualitativas fundamentais das informações contábeis são potenciais geradoras de conflito de entendimento pela sua subjetividade de interpretação. Silva, Nardi e Ribeiro (2015) identificaram indícios de maior gerenciamento de resultados influenciados pelos elaboradores da informação contábil em empresas listadas na B3 que possuem ativos biológicos quando utilizam o método de fluxo de caixa descontado para a mensuração do valor justo e também são as que menos divulgaram em seus relatórios os requisitos de divulgação do CPC 29. E, Ribeiro, Carmo, Fávero e Carvalho (2016) concluem que o poder discricionário do gestor não interfere na qualidade da informação contábil e na comparabilidade dos demonstrativos financeiros emitidos pela empresa.

Doadrio, Alvarado & Carrera (2015) verificaram que na Espanha predomina a coerção proveniente do Instituto de Contabilidade e Auditoria de Contas, Comissão Europeia, Comissão Nacional do Mercado de Valores Mobiliários e auditores para que as empresas adequem suas práticas contábeis. Então, compreender se as mudanças das características das informações e seu efeito na atividade decisória é importante para verificar se a prática reflete as melhorias almejadas pelos órgãos responsáveis pela adaptação das normas contábeis, principalmente quanto à relevância e representação fidedigna das informações, foi estudado por Lima (2010), Macedo, Araújo e Braga (2012), Martins, Machado e Callado (2014). Isto possibilita questionar se a aplicabilidade das mudanças do registro dos Ativos Biológicos foi factível e se a informação gerada a partir do CPC 29 atende as necessidades dos gestores com qualidade superior aos meios tradicionais (Barros, et al., 2012).

Neste raciocínio, questiona-se: como ocorreram as modificações na práticas contábeis sobre Ativos Biológicos a partir da implementação do CPC 29 na perspectiva do elaborador das informações contábeis? Por meio de um estudo de caso em uma sociedade fechada do setor do agronegócio, esta pesquisa analisa as modificações nas práticas contábeis sobre Ativos Biológicos a partir da implementação do CPC 29 na perspectiva dos elaboradores das informações contábeis. Utilizou a Teoria Institucional para discutir os resultados da pesquisa.

O estudo de caso faz o levantamento das demonstrações financeiras no período de 2006 a 2018 (pré e pós-convergência das normas contábeis) e analisa as informações contidas

das demonstrações contábeis e realiza entrevistas semi-estruturada com os elaboradores sobre as práticas contábeis relativas à esse Ativo.

Esta pesquisa contribui com a pesquisa sobre práticas contábeis na mensuração e reconhecimento de ativos biológicos a partir da perspectiva do elaborador das demonstrações contábeis. Esse estudo também interessa as empresas que possuem ativos biológicos por implicar no cotidiano organizacional quando se altera uma prática contábil.

## **2 Mudanças na Prática Contábil na perspectiva da Teoria Institucional**

Segundo o CPC 00 R1 (2011) a finalidade das demonstrações contábeis é fornecer informações úteis para a tomada de decisão de usuários externos existentes ou potenciais. Com a adoção das Normas Internacionais da Contabilidade aumentou-se a subjetividade das escolhas contábeis realizadas pelos elaboradores (Carvalho e Colares, 2013), logo aumentou o poder discricionário do gestor que não significa diminuir a qualidade da informação e a comparabilidade dos demonstrativos financeiros (Ribeiro, Carmo, Fávero e Carvalho, 2016). Por outro lado, Silva, Nardi e Ribeiro (2015) concluíram que há indícios de gerenciamento de resultados em empresas listadas na Bovespa que possuem ativos biológicos quando da mensuração do valor destes ativos pelo método do fluxo de caixa descontado e também são aquelas com menor evidenciação contábil.

Pelo fato do valor justo ser o critério de mensuração dos Ativos Biológicos no momento inicial e de reporte e dos produtos agrícolas no momento da colheita (Ernst & Young; Fipecafi, 2010) estes ativos representarão o valor do fluxo de caixa futuro ou o valor do instrumento de liquidação na data da divulgação da demonstração contábil (Hendriksen; Van Breda, 2012). Conforme o CPC 46 (2012), o valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo (ou pago pela transferência de um passivo) em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Silva Filho, Martins e Machado (2013) identificaram que a adoção do CPC 29 influenciou em aumento estatisticamente significativo do valor dos Ativos Biológicos e do patrimônio líquido das empresas analisadas. Barros et al. (2012) identificaram que o valor dos Ativos Biológicos e do patrimônio líquido nas empresas brasileiras foram crescentes com o uso do valor justo, porém, que as informações das notas explicativas a respeito da construção do valor justo dos Ativos Biológicos são superficiais. Einsweiller e Fischer (2013), Scherch, Nogueira, Olak & Cruz (2013) também identificaram influências do valor justo em demais demonstrações contábeis das empresas que aderiram ao CPC 29. Os resultados destas pesquisas são unânimes e indicam que a informação sobre os Ativos Biológicos, considerando a mensuração pelo valor justo, tornou-se mais relevante, principalmente para o mercado.

Contudo, a fidedignidade da informação sobre a mensuração de Ativos Biológicos pode ser questionável quando estes ativos não possuem mercado ativo, o que demanda o uso de dados não observáveis (Einsweiller, Fischer, 2013; Rech, Oliveira, 2011; Silva Filho, Martins, Machado, 2013). De acordo com o CPC 46 (2012), existe uma hierarquia na determinação no valor justo, separada em três níveis. O nível 1 utiliza o preço cotado em mercado ativo para o item idêntico mantido por outra parte como um ativo, se esse preço estiver disponível. Se esse preço não estiver disponível, utiliza-se o nível 2, que representa a consideração de outros dados observáveis, tais como o preço cotado em mercado que não seja ativo para o item idêntico mantido por outra parte como um ativo. Na impossibilidade destas duas opções, a determinação do valor justo passa a ser representada pelo nível 3, que emprega uma técnica de avaliação para estimar o preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado na

data de mensuração nas condições atuais de mercado. Desse modo, no nível 3 a entidade deve verificar qual técnica de avaliação é a mais adequada, optando pela abordagem de custo, ou, abordagem de mercado, ou, abordagem de receita.

Este processo de precificação transmite a percepção de que ativos mensurados pelo valor justo de nível 1, o qual tem uma referência de preço no mercado local seja mais relevante do que as de nível 2 e 3 devido ao aumento da subjetividade e assimetria da informação. O resultado do estudo de Hlatshwayo & Zulu (2019) na África do Sul no segmento financeiro não constatou esta relevância entre os níveis de precificação melhorando o preço dos ativos nível 3 com a introdução do IFRS 13 e após a crise financeira de 2008.

Dentre estas metodologias, a abordagem de receita é a mais utilizada e reflete as perspectivas de mercado atuais em relação a esses valores futuros. Pode-se citar como técnicas de avaliação: as técnicas de valor presente, a fórmula de Black-Scholes-Merton ou modelo binomial e metodologia de ganhos excedentes em diversos períodos. Rech & Oliveira (2011) destacam o método do fluxo de caixa descontado como a principal forma de identificação do valor justo em empresas silvicultoras, porém, com informações insuficientes para compreender a composição destes fluxos. Nascimento (2011) indica em sua pesquisa que o método de mensuração a valor justo de suínos e aves utiliza o fluxo de caixa descontado e que leva à adoção de premissa forçada quanto à margem de lucro e subjetiva em relação à taxa de desconto.

Martins, Machado & Callado (2014) realizaram estudo acerca da relevância e confiabilidade das informações geradas a partir da adoção do CPC 29. Os resultados demonstram a existência de confiança do mercado no uso do valor justo como método de mensuração, ainda que exista conservadorismo nas medidas utilizadas para determinar o valor dos Ativos Biológicos. Estas pesquisas demonstram que as entidades devem adotar o subjetivismo responsável na mensuração dos Ativos Biológicos. Além disso, os usuários são receptivos a esta metodologia, desde que haja meios de confirmar a origem destas informações.

Em vista disso, compreende-se que os regulamentos apenas são adotados quando os procedimentos de reinstitucionalização mostram-se legítimos (Doadrio, Alvarado & Carrera, 2015). Esta é a situação vivenciada pelas empresas brasileiras a partir da convergência para as normas internacionais da contabilidade (Espejo et al., 2010). A regulação da contabilidade pode ser compreendida como uma instituição social que atua na estruturação de mecanismos que atenuam a assimetria informacional e emitem sinais do desempenho organizacional ao mercado (Cardoso et al., 2009).

Com isso, as alterações introduzidas na legislação societária implicaram em modificações nos hábitos e rotinas das organizações, assim como influenciou mudanças de ordem filosófica e de atuação nos contadores (Doadrio, Alvarado & Carrera, 2015). As práticas contábeis adotadas por longos anos encontravam-se interiorizadas pelos profissionais contábeis. Com as alterações promovidas, práticas consideradas legítimas tiveram que ser reavaliadas, modificando a essência da institucionalização perante a contabilidade (Espejo et al., 2010).

Por isso, as práticas contábeis, segundo a prescrição das normas, ainda que sejam de cumprimento obrigatório e de eficiência inquestionável, estão sujeitas ao alinhamento das expectativas dos indivíduos e da conformidade com as normas sociais de comportamento, levando em consideração o que é aceitável pela empresa (Lima, 2010). Isto indica a necessidade de avaliar a institucionalização das novas práticas contábeis a partir da visão dos elaboradores da informação. Esta análise colabora com a compreensão da formação de

pressões do mercado externo, visto que produz competências entre organizações que geram poder, aceitação social e legitimidade (Doadrio, Alvarado & Carrera, 2015).

Sob a perspectiva da Teoria Institucional, a força motriz destas mudanças pode ser designada quanto à atuação conjunta de aspectos institucionais indicando as normas contábeis com natureza evolutiva e dinâmica (Doadrio, Alvarado & Carrera, 2015; Espejo et al., 2010). Considerando que o ponto central da teoria institucional é o ambiente, este exerce influência no processo adaptativo às regras organizacionais (Espejo et al., 2010). Ou seja, a melhoria na qualidade das informações geradas por meio da contabilidade é possível quando a organização visualiza os benefícios ao ambiente quanto às mudanças empregadas na área contábil.

A qualidade das informações contábeis depende dos mecanismos de atuação que, por vezes, não são originados por motivações objetivas e racionais, sendo amparada, neste caso, por uma perspectiva institucional (Cardoso et al., 2009). As empresas aceitam mudar suas posturas legitimadas com a finalidade de atender as expectativas de pessoas externas à organização, e, assim que as novas regras passam também ao status de ações legítimas, são observadas como se fossem regras (Espejo et al., 2010). Rizza & Ruggeri (2018) constataram que em empresas familiares o envolvimento de profissionais externos trouxeram alterações nas estruturas de gestão com a inclusão de ferramentas da contabilidade gerencial mudando a forma de pensar e decidir, ocasionado a institucionalização da contabilidade gerencial pelo entendimento dos seus benefícios duradouros.

As mudanças nas empresas em decorrência das influências institucionais ocorrem de três formas : coercitiva, mimética e normativa. Estas forças determinam as mudanças de processos e procedimentos pela pressão exercida por outras organizações (coercitiva), a incorporação de modelos de organização de outras empresas (mimético) e pelas normas estabelecidas pela profissionalização e que direcionam as atividades de uma empresa (normativas) (DiMaggio & Powell, 1983).

Os elementos institucionais surgem de processos em pequenos grupos estruturados e formalizados que se tornam institucionalizados, aumentando a estabilidade e rotinas que melhoram o desempenho organizacional (Zucker, 1987). DiMaggio & Powell (1983) e Scott (2008) explicam que cada mecanismo de institucionalização (coertivo, regulativo e mimético) oferece uma lógica diferente para obter a legitimidade.

Em vista disso, compreende-se que os regulamentos apenas são adotados quando os procedimentos de reinstitucionalização mostram-se legítimos (Doadrio, Alvarado & Carrera, 2015). Esta é a situação vivenciada pelas empresas brasileiras a partir da convergência das normas contábeis internacionais (Espejo, Frezatti, Cruz & Costa, 2010). A regulação da contabilidade pode ser compreendida como uma instituição social que atua na estruturação de mecanismos que atenuam a assimetria informacional e emitem sinais do desempenho organizacional ao mercado (Cardoso, Saravia, Tenório & Silva, 2009).

A alterações de práticas estabelecidas pelas empresas ocorrem por fatores que determinam novos ou alterações dos procedimentos internos, por motivos de ajustes à dinâmica organizacional do negócio ou para atender exigências externas, provenientes de órgãos reguladores. Cita-se o estudo de Schuster, Moretti & Silva (2019) sobre a institucionalização de práticas de gestão de riscos em concessionárias de energia elétrica. Outro exemplo, é da tempestividade do fechamento do período contábil quando a controladora exerce práticas coercitivas sobre as subsidiárias (Salvador, Parisi, Peleias & Guerreiro, 2018). O mimetismo de práticas contábeis também ocorre, isto é, as empresas adotam padrões que as tornam semelhantes em suas demonstrações e informações contábeis

(Brandão, De Luca & Vasconcelos, 2014; Parente, Mota, Cabral, Santos & Brandão, 2014; Callado & Pinho, 2015; Dias & Moura, 2013)

Esses estudos mostram que o isoformismo afeta aspectos formais e informais de uma relação interorganizacional e institucionaliza ou desinstitucionaliza práticas e procedimentos a fim de estabilizar as relações de coordenação, por meio da homogeneização do comportamento e desempenho entre as organizações (Sacomano, Truzzi & Kirschbaum, 2013). Estas influências do isoformismo que determinam a homogeneidade das empresas resultam em legitimidade, mas também promovem conflitos que determina a heterogeneidade de entendimento e aceitação entre as empresas. Esta divergência pode ser minimizada pela compreensão dos profissionais que mudanças afetam o *status quo* e há núcleos de aceitação e núcleos de resistência, decorrentes do comportamento dos indivíduos (Felix, Guarido & Gonçalves, 2015).

### 3 Procedimentos Metodológicos

Em consonância com o objetivo desta pesquisa foi realizado um estudo de caso Yin (2015) descritivo em uma sociedade anônima de capital fechado que atua no segmento do agronegócio, no mercado nacional. Para a coleta de dados utilizou a pesquisa documental e entrevistas semi-estruturadas com elaboradores das demonstrações contábeis da companhia.

A pesquisa documental compreendeu o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas no período de 2006 à 2018. A unidade de análise foram as informações relativas aos Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas no período pré-adoção dos CPCs (2006 a 2009) e período pós-adoção (2009, rerepresentado, a 2018).

A entrevista individual foi direcionada à dois gestores do departamento de controladoria que utilizam as informações sobre os Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas como insumo necessário à suas decisões no contexto organizacional. As entrevistas não foram gravadas a pedido dos gestores. Estes enviaram suas respostas por e-mail. Os dados das entrevistas foram analisados pela técnica da análise de conteúdo (Bardin, 2016) que consistiu em: (i) registro da resposta exata dos entrevistados; (ii) leitura das respostas; (iii) identificação das palavras e expressões mais utilizadas pelos entrevistados; (iv) análise das palavras e/ou expressões no contexto dos mecanismos coercitivo, regulativo ou mimetismo (Teoria Institucional); e, (v) análise das palavras emitidas pelos respondentes quanto a percepção destes em relação à adoção das novas práticas contábeis.

Os dados da pesquisa foram triangulados (Martins, 2008) entre si a fim de confirmar evidências encontradas nas demonstrações financeiras com as entrevistas. Em seguida, os resultados foram discutidos com a revisão da literatura (seção 2).

### 4 Resultados da Pesquisa

Nesta seção encontram-se os resultados obtidos pela análise dos demonstrativos financeiros das informações quantitativas e qualitativas do estudo de caso do período de 2006 a 2018 na busca da evidenciação do aumento da qualidade desta informação com a aplicação da norma do CPC 29, influenciada pelas forças coercitivas de investidores, sócios, auditores externos e de aspectos culturais relacionados a manutenção da imagem da empresa no seu mercado de atuação, para melhorar a análise contábil de stakeholders e dos elaboradores internos da organização.

#### 4.1 Análise do reconhecimento, mensuração e evidenciação dos Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas antes e após a convergência ao CPC 29.

Inicialmente, efetuou-se análise do Balanço Patrimonial identificando as principais mudanças com a adoção do CPC 29 que foram representadas pelo uso de contas específicas e mensuração dos Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas por meio do valor justo. Notou-se que os Estoques e o Imobilizado foram as contas mais afetadas por este Pronunciamento Técnico (Tabela 1).

**Tabela 1 - Principais alterações a partir da adoção do CPC 29**

Data do Balanço Patrimonial	Ativo Imobilizado		Estoque		Ativo Biológico / Produto Agrícola	
	Contas	Método de mensuração	Contas	Método de mensuração	Contas	Método de mensuração
31/12/2006, 31/12/2007 e 31/12/2008	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Terras,</li> <li>✓ Construções e instalações</li> <li>✓ Benfeitorias agrícolas e pastoris e administrativas</li> <li>✓ Equipamentos de escritório,</li> <li>✓ Equipamentos de transporte</li> <li>✓ Equipamentos de produção</li> <li>✓ Culturas permanentes,</li> <li>✓ Gado reprodutor</li> <li>✓ Lavoura de cana</li> <li>✓ Imobilizado em andamento</li> <li>✓ Adiantamento a fornecedores</li> </ul>	Custo de aquisição, formação ou construção	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Safra fundada</li> <li>✓ Gado de cria e engorda</li> <li>✓ Produtos Agrícolas e industriais</li> <li>✓ Matérias primas</li> <li>✓ Materiais secundários e de manutenção entre outros</li> <li>✓ Terras para comercialização</li> </ul>	Custo de aquisição, formação ou construção	-	-

Continua...

Continuação da Tabela 1

Data do Balanço Patrimonial	Ativo Imobilizado		Estoque		Ativo Biológico / Produto Agrícola	
	Contas	Método de mensuração	Contas	Método de mensuração	Contas	Método de mensuração
01/01/2009, (Reapresentação de 2008), 31/12/2009, 31/12/2010, 31/12/2011, 31/12/2012, 31/12/2013, 31/12/2014 e 31/12/2015	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Terras,</li> <li>✓ Construções e instalações</li> <li>✓ Benfeitorias agrícolas e pastoris</li> <li>✓ Máquinas e equipamentos</li> <li>✓ Equipamentos de escritório</li> <li>✓ Equipamentos de transporte</li> <li>✓ Equipamentos de produção,</li> <li>✓ Equipamentos técnicos</li> <li>✓ Imobilizado em andamento</li> <li>✓ Adiantamento a fornecedores</li> </ul>	Custo de aquisição, formação ou construção	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Produtos acabados (industrializados),</li> <li>✓ Produtos Agrícolas,</li> <li>✓ Terras para comercialização</li> <li>✓ Almoxarifado</li> <li>✓ Outros</li> </ul>	Custo de aquisição, formação ou construção	<b>Ativo Circulante</b>	
					<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Gado de cria e engorda</li> <li>✓ Cultura de Soja</li> <li>✓ Cultura de milho</li> </ul>	Valor justo menos a despesa de venda
					<b>Ativo Não Circulante</b>	
					<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Floresta de eucaliptos</li> <li>✓ Cultura de Cana-de-açúcar</li> <li>✓ Gado reprodutor</li> </ul>	Valor justo menos a despesa de venda
31/12/2016, 31/12/2017 e 31/12/2018	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Terras,</li> <li>✓ Construções e instalações</li> <li>✓ Benfeitorias agrícolas e pastoris</li> <li>✓ Máquinas e equipamentos</li> <li>✓ Equipamentos de escritório</li> <li>✓ Equipamentos de transporte</li> <li>✓ Equipamentos de produção,</li> <li>✓ Equipamentos técnicos</li> <li>✓ Imobilizado em andamento</li> <li>✓ Adiantamento a fornecedores</li> </ul>	Custo de aquisição, formação ou construção	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Produtos acabados (industrializados),</li> <li>✓ Produtos Agrícolas,</li> <li>✓ Terras para comercialização</li> <li>✓ Almoxarifado</li> <li>✓ Outros</li> </ul>	Custo de aquisição, formação ou construção	<b>Ativo Circulante</b>	
					<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Cultura de Cana-de-açúcar</li> </ul>	Valor justo menos a despesa de venda
					<b>Ativo Não Circulante</b>	
						Valor justo menos a despesa de venda

Fonte: Dados da pesquisa (2016/2019).

Até o exercício social de 2008, as culturas permanentes (cana-de-açúcar e floresta de eucaliptos) e o gado reprodutor foram registrados como Ativo Imobilizado, atendendo as normas contábeis aplicadas neste período. Com a adoção do CPC 29, estes elementos foram reclassificados para Ativo Biológico, no Ativo Não Circulante, com a reapresentação do Balanço Patrimonial de 2008 em 01/01/2009. Permaneceram como Imobilizado as terras, construções e instalações, benfeitorias agrícolas pastoris, máquinas e equipamentos,

equipamentos de escritório, transporte, produção e técnicos, imobilizado em andamento e adiantamento a fornecedores (relativos a aquisição de imobilizado).

Os Estoques, até 2008, eram compostos por cinco grupos: safra fundada, que compreendia o custo de produção apropriado até período da colheita (soja e milho), alocados ao estoque de produto acabado somente no exercício seguinte; gado de criação e engorda, compreendido pelos gastos com os bezerros desmamados (até 12 meses de vida) e o novilho gordo (entre o 13º e 36º mês de vida); produtos agrícolas e industriais, tais como madeira tratada e a soja colhida; almoxarifado, compreendido por matérias primas, materiais secundários e de manutenção, entre outros, utilizados diariamente para o desenvolvimento das principais atividades da empresa; e, imóveis urbanos para comercialização.

A safra fundada foi reclassificada como Ativo Biológico, no Ativo Circulante. Ou seja, o plantio de soja e milho e os bezerros desmamados e em processo de engorda passaram a compor o saldo do Ativo Biológico, no Ativo Circulante, enquanto que o Estoque, a partir do ano de 2009 (e 2008, rerepresentado), passou a ser composto apenas por produtos acabados (industrializados); Produtos Agrícolas (soja, milho e cana-de-açúcar colhidos); imóveis para a comercialização (somente aqueles destinados à venda); almoxarifado (insumos estocáveis utilizados diariamente para o desenvolvimento das atividades da empresa); e, outros (custos com a manutenção dos equipamentos, os quais são acumulados no decorrer da entressafra para apropriação ao custo da produção na safra seguinte). Isto demonstra as mudanças no reconhecimento dos Ativos Biológicos e dos Produtos Agrícolas com a convergência das normas internacionais de contabilidade, alterando a estrutura do Balanço Patrimonial.

Outro tratamento contábil alterado com a vigência do CPC 29 foi o registro do consumo e/ou desgaste dos ativos. Os itens que atualmente compõem o Ativo Biológico, que estavam classificados como Ativo Imobilizado até 2008 (cultura da cana-de-açúcar, floresta de eucaliptos e gado reprodutor), eram depreciação com base no método linear. Com a vigência do CPC 29, os Ativos Biológicos passaram a ser mensurados por meio do valor justo, deduzido dos impostos e despesas estimadas para a colocação do produto em consumo ou venda, não sendo mais utilizada a depreciação.

A metodologia utilizada na mensuração dos Ativos Biológicos pelo valor justo é o preço da cotação em mercado ativo para pecuária (gado mantido para engorda e venda e gado reprodutor). Nas lavouras de cana-de-açúcar e soja e nas florestas de eucalipto o valor justo é obtido por meio da projeção dos fluxos de caixa futuros, considerando as variações de preço e o crescimento destes Ativos Biológicos.

A projeção dos fluxos de caixa utiliza taxa de desconto que corresponde ao custo médio ponderado de capital (CMPC) da empresa, a qual é revisada periodicamente pela administração. Na projeção dos fluxos de caixa futuros da cultura de cana-de-açúcar é considerada a área estimada de colheita (em hectares), a produtividade prevista (em tonelada de cana por hectare), a quantidade total de açúcar recuperável (ATR) e o valor do quilograma de ATR. Desse fluxo de entrada é subtraído o valor referente gastos com corte, carregamento e transporte; os custos com os tratos culturais; os custos de contratos de parceria; os impostos incidentes, entre outros. Na determinação do fluxo caixa futuro da cultura da soja e do milho é considerada a área estimada de colheita (em hectares), a produtividade prevista (sacas em por hectare) e a cotação do preço em mercado ativo, deduzido o custo estimado no momento da colheita.

Nota-se que a empresa utilizou informações de nível 1 e nível 3 para obter o valor justo de seus Ativos Biológicos, conforme determinado pelo CPC 46 (2012). As informações de nível 1 são aquelas que são obtidas objetivamente por ter um mercado ativo para o ativo

idêntico. Por sua vez, as informações de nível 3 são aquelas não observáveis pelo mercado, de modo que a empresa deve definir entre a abordagem do custo ou da receita. No caso em estudo, a empresa optou pela abordagem da receita, utilizando a técnica dos fluxos de caixa descontados por este representar, de maneira mais adequada, a essência econômica dos Ativos Biológicos, ou seja, reflete as perspectivas atuais de mercado acerca do ativo em questão. O uso do fluxo de caixa descontado também é identificado na pesquisa de Nascimento (2011), que enfatiza o uso deste método como elemento causador de dificuldades na comparabilidade das informações com períodos anteriores e com demais empresas de setores similares. No entanto, Martins, Machado e Callado (2014) ressalta que o aumento na qualidade da informação por meio do valor justo supera os questionamentos sobre a subjetividade nos cálculos destes valores.

Cabe mencionar que, tanto a cana-de-açúcar quanto a soja e o milho após a colheita, foram reclassificados como Estoque de Produtos Agrícolas. Nesta ocasião são, inicialmente, avaliados pelo valor justo (valor recebido em transferência de Ativos Biológicos), e, então, passam a ser avaliados de acordo com o CPC 16 – Estoques, pelo método de custo. Desse modo, os estoques oriundos dos Ativos Biológicos são mensurados no momento do reconhecimento pelo valor justo, e, posteriormente, avaliados pelo menor valor entre o valor do registro inicial e o valor realizável líquido. O valor de custo para os demais itens dos Estoques é com base na média ponderada móvel, na qual são computados todos os gastos ocorridos na compra dos estoques, os custos de produção e de transformação e demais custos, conforme localização e condição existente do item em estoque.

Em vista da aplicação do valor justo nos Ativos Biológicos e no reconhecimento inicial dos Produtos Agrícolas, houve mudança na mensuração destes ativos. Avaliando os ativos que foram alocados para Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas após a adoção do CPC 29, verifica-se que a média de representatividade destes itens, entre os anos de 2006 e 2008, foi de 17,07% em relação ao Ativo total. Considerando os valores atribuídos a estes mesmos itens a partir de 2009, identifica-se a representatividade média de 30,62% do Ativo total de 2008 (reapresentado) à 2015 (Tabela 2). Se considerado o período de 2008 (reapresentado) até 2018 esse média é de 24,24%, quando as plantas portadoras foram reclassificadas para ativo imobilizado. Médias maiores que o período pré CPC 29, de 2006 a 2008. Esses resultados convergem com Freire, Silva, Albuquerque Filho, A. R. & Aquino (2018).

**Tabela 2 – Participação dos Ativos Biológicos no Ativo Total**

Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas	Antes da adoção das normas internacionais			Após a adoção das normas internacionais										
	2006	2007	2008	2008 Reapresentado	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Agrícola AC*	0,25%	0,19%	2,49%	2,40%	0,45%	1,70%	1,05%	0,96%	-	-	-	8,44%	7,70%	5,59%
Pecuária AC*	3,62%	4,42%	3,90%	4,96%	3,56%	4,17%	6,14%	4,58%	2,23%	3,06%	2,13%			
<b>Total AC*</b>	<b>3,57%</b>	<b>4,61%</b>	<b>6,39%</b>	<b>7,36%</b>	<b>4,01%</b>	<b>5,87%</b>	<b>7,19%</b>	<b>5,54%</b>	<b>2,23%</b>	<b>3,06%</b>	<b>2,13%</b>	<b>8,44%</b>	<b>7,70%</b>	<b>5,59%</b>
Agrícola ANC**	8,30%	12,31%	13,12%	11,83%	10,34%	11,09%	27,42%	27,98%	24,01%	24,51%	24,93%			
Pecuária ANC**	0,63%	0,94%	1,04%	5,83%	6,13%	8,17%	8,60%	6,51%	4,52%	2,99%	2,67%			
<b>Total ANC**</b>	<b>8,93%</b>	<b>13,25%</b>	<b>14,16%</b>	<b>17,66%</b>	<b>16,47%</b>	<b>19,26%</b>	<b>36,02%</b>	<b>34,49%</b>	<b>28,53%</b>	<b>27,50%</b>	<b>27,60%</b>			
<b>Total</b>	<b>12,80%</b>	<b>17,86%</b>	<b>20,55%</b>	<b>25,02%</b>	<b>20,48%</b>	<b>25,13%</b>	<b>43,21%</b>	<b>40,03%</b>	<b>30,79%</b>	<b>30,56%</b>	<b>29,73%</b>	<b>8,44%</b>	<b>7,70%</b>	<b>5,59%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2016/2019)

Legenda: \* Ativo Circulante \*\* Ativo Não Circulante

Isto repercutiu, em geral, na elevação do valor patrimonial da empresa e maior projeção destes ativos no Balanço Patrimonial. Esta análise é convergente aos resultados da pesquisa de Barros et al. (2012) e Silva Filho, Martins e Machado (2013) que também verificaram tendência de aumento dos valores atribuídos aos ativos biológico a partir da adoção do CPC 29, e, conseqüentemente ao patrimônio das respectivas empresas.

Ou seja, a partir da adoção do valor justo como forma de mensuração, os Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas passaram a representar uma parcela superior do patrimônio da entidade. Isto fica evidente ao verificar o Balanço Patrimonial de 2008 rerepresentado, cujos Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas representaram 25,02% do Ativo Total, enquanto que, antes da adoção do CPC 29, estes mesmo ativos representavam 20,55% do Ativo Total. Contudo, ainda que seja notado um aumento na atribuição dos valores gerais de Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas, os valores de alguns itens foram diminuídos em vista da aplicação desta forma de mensuração, como por exemplo, os Ativos Biológicos de origem agrícolas de curto e longo prazos. Esta análise é convergente com a pesquisa de Nascimento (2011) que identificou que a aplicação do valor justo pode também influir em decréscimos no valor dos ativos.

No mês de dezembro de 2016 foi aprovado mediante Assembleia Geral Extraordinária a cisão parcial da Companhia dos ativos da pecuária com versão da parcela do Patrimônio Líquido para a uma controlada que atua no segmento pecuário. A cisão teve como objetivo fortalecer, por meio do ganho de eficiência, o crescimento das atividades pecuárias.

As variações do valor justo dos Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas são reconhecidas diretamente no resultado, conforme definido pelo CPC 29, em conta específica denominada "Mudança de valor justo de Ativo Biológico". Pelo fato da companhia apresentar a Demonstração de Resultado seguindo a classificação baseada no Método da Função da Despesa (Item 103, CPC 26), o valor da receita ou da despesa do ajuste do valor justo é reconhecido logo após a Receita Operacional Líquida (Receita Líquida, de acordo com CPC 26).

A Tabela 3 apresenta os valores reconhecidos no resultado do período (demonstrações consolidadas) decorrentes do ajuste ao valor justo dos Ativos Biológicos, segregado em Produtos Agrícolas e Ativos Biológicos e de acordo com a sua classificação (circulante ou não circulante).

**Tabela 3 - Ajuste ao valor justo dos Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas na Demonstração do Resultado (em milhares de Reais).**

<b>Tipo de Ativo Biológico</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
<b>Ativo Biológico - Ativo Circulante</b>										
Culturas temporárias	-2.646	707	-3.411	502	-	-	-	8.632	1.952	-2.221
Rebanho (cria e engorda)	-5.116	4.073	-2.597	766	-5.284	4.759	-848			
<b>Ativo Biológico - Ativo Não Circulante</b>										
Culturas Permanentes	-6.699	10.325	24.480	3.134	3.915	8.920	14.633			
Rebanho (Matrizes)	493	11.245	-756	1.755	1.791	6.911	185			
<b>TOTAL</b>	<b>-13.968</b>	<b>26.350</b>	<b>17.716</b>	<b>6.157</b>	<b>422</b>	<b>6.768</b>	<b>13.970</b>			

Fonte: Dados da pesquisa (2016/2019)

Com base na Tabela 3, verifica-se que, com exceções de 2009 e 2018, o valor justo influenciou no aumento no resultado líquido da empresa. Estes resultados são idênticos ao estudo de Einsweiller e Fischer (2013) e de Nascimento (2011) que relatam que as variações causadas no resultado das empresas adotantes do CPC 29 são relevantes.

A adoção do CPC 29 também gerou reflexos nas informações contidas na Demonstração dos Fluxos de Caixa. Quanto às atividades operacionais, encontrou-se que antes da adoção ao CPC 29 havia a necessidade de eliminar o valor da depreciação dos Ativos Biológicos, que estavam registrados como imobilizado, a fim de estruturar a DFC pelo método indireto. Após a observação desta norma, ocorreu a necessidade de realizar a eliminação do ajuste do valor justo de Ativos Biológicos que compõe o resultado líquido do período, sem, contudo, gerar fluxos de caixa imediatos. Também foram identificadas estas informações na pesquisa de Einsweiller e Fischer (2013).

Não foram identificadas informações relativas ao Ativo Biológico na Demonstração do Resultado Abrangente e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Tal fato é coerente em virtude das modificações ocorridas com a adoção do CPC 29 não afetar diretamente grupos específicos do Patrimônio Líquido. Ou seja, as transações com Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas são reconhecidas apenas em contas patrimoniais (ativos) e do resultado.

Além dos aspectos relativos ao reconhecimento e mensuração, avaliou-se o atendimento do CPC 29 quanto à divulgação de informações complementares sobre os Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas por meio das Notas Explicativas. O Item 40 deste Pronunciamento Técnico retrata a necessidade de divulgar o ganho ou a perda do período corrente em relação ao valor inicial do Ativo Biológico e do Produto Agrícola, e, também, os decorrentes da mudança no valor justo, menos a despesa de venda dos Ativos Biológicos. Constatou-se que este item foi atendido em todos os anos após a adoção das normas internacionais de contabilidade.

Os Itens 41 e 42 do CPC 29 indicam que a entidade deve fornecer uma descrição de cada grupo de Ativos Biológicos, que pode ser em formato dissertativo ou quantitativo. A empresa atendeu este critério demonstrando cada grupo de Ativo Biológico de forma dissertativa. O Item 46 requer a divulgação da natureza das atividades de cada grupo de Ativo Biológico, sendo encontrada esta informação nas notas explicativas. Este mesmo item ainda determina a necessidade de evidenciar as quantidades físicas de cada tipo de Ativo Biológico e Produto Agrícola. No entanto, estas informações não foram identificadas nas notas explicativas da entidade analisada.

O Item 49 determina a divulgação dos Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas dados em garantias, os compromissos relacionados com o desenvolvimento ou aquisição dos Ativos Biológicos e os riscos financeiros referentes à atividade agrícola. Este item não foi aplicável visto que as situações previstas não existem na empresa que representa este estudo de caso. O Item 50 destaca que deve ser apresentada a conciliação das mudanças no valor contábil de Ativos Biológicos entre o início e o fim do período corrente. Foi observado que a empresa efetuou a reconciliação e movimentação dos saldos dos Ativos Biológicos (2008, rerepresentado, até 2018), conforme notas explicativas da companhia. Esses ativos foram segregados em Ativo Circulante e Não Circulante, conforme o ciclo operacional e classificados em agricultura (culturas de cana-de-açúcar, soja, milho e as florestas de eucalipto) ou rebanho (gado mantido para venda e gado reprodutor). É importante mencionar

que estas informações não foram apresentadas entre 2006 a 2009, período anterior à vigência do CPC 29, pelo fato que tais ativos estavam classificados como Estoque ou Imobilizado.

Encontrou-se nas notas explicativas que a atividade agrícola é exposta aos riscos climáticos, de doenças e outros riscos naturais, conforme prescreve o item 53 do CPC 29. No caso da companhia em estudo, desde a vigência do CPC 29, a empresa divulga em notas explicativas os riscos regulatórios e ambientais as quais está sujeita. Especificamente sobre os Ativos Biológicos, a companhia reconhece que a cultura de cana-de-açúcar e a pecuária estão expostas aos riscos de mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios e outras forças naturais. Para acompanhar e mitigar esses riscos a companhia declara que tem processos extensivos, com a alocação de recursos e realização de inspeções regulares.

O CPC 29 ainda encoraja as entidades a divulgar informações adicionais sobre a distinção dos Ativos Biológicos em consumíveis e de produção e em maduros e imaturos (Itens 43, 44 e 45, CPC 29). Por não ser compulsória a apresentação destas informações, a empresa optou por não divulgá-las. Outra informação que o CPC 29 sugere que seja divulgada, ainda que não seja obrigatória, é a identificação do fato que levou ao ajuste do valor justo, esclarecendo se o fator de mudança do valor ocorreu em função à mudança física ou quanto às oscilações de preço pelo mercado (Itens 51 e 52 do CPC 29). Neste caso, a empresa também optou por não especificar a origem dos ajustes no valor justo de Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas, ocorrendo apenas em 2018 um informativo das variáveis que poderiam alterar a estimativa do valor justo.

A análise identifica que a empresa atende parcialmente os critérios normativos de *disclosure*. Demonstra também que a empresa não efetua divulgações sugeridas como voluntárias. Além disso, verifica-se que houve um pequeno incremento na divulgação de informações ao longo do período analisado, principalmente a partir de 2017. Em pesquisas anteriores foram identificadas as mesmas deficiências informacionais. Rech e Oliveira (2011) confirmaram em seu estudo a melhoria da qualidade da informação sobre o Ativo Biológico a partir da adoção do CPC 29, porém, que as informações disponibilizadas ainda são insuficientes, principalmente quanto a compreensão adequada dos elementos que determinam a valoração dos ativos a valor justo. Barros et al. (2012) e Scherch et al. (2013) também compartilham desta opinião.

Com base nestas análises, verifica-se que as alterações promovidas pelo CPC 29 modificaram as informações sobre ativos e a formação do resultado de empresas que atuam no setor agrícola. Tais informações são de interesse dos *stakeholders*, dos usuários internos e do mercado, em especial pelo fato dos Ativos Biológicos serem avaliados pelo valor justo. Em vista disso, a análise foi complementada pelas entrevistas realizada com gestores da empresa a fim de identificar como se deu o processo de adequação as práticas contábeis requeridas pelas Normas Internacionais de Contabilidade e a percepção da qualidade da informação sob a perspectiva dos elaboradores da informação contábil.

#### 4.2 Perspectiva dos gestores sobre a adoção do CPC 29

Esta seção apresenta os resultados das entrevistas realizadas com dois gestores da empresa diretamente relacionados com a implementação do CPC 29 e com atividades gerenciais que utilizam as informações sobre Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas, sendo um deles coordenador de controladoria e o outro supervisor regional de controladoria. O coordenador de controladoria é responsável pelas atividades de contabilidade e controles, política de custos e relatórios, bem como pelo fechamento mensal e anual dos relatórios financeiros. Por sua vez, o supervisor regional de controladoria é responsável pela supervisão

das equipes de analistas das áreas de controladoria, contábil e fiscal bem como pelas informações decorrentes do sistema de controle contábil e financeiro.

Inicialmente, os gestores foram questionados se houve dificuldade na adoção inicial do CPC 29. Ambos concordaram que existiram dificuldades no processo de adoção desta norma, principalmente na definição do melhor método de mensuração do valor justo. Ainda quanto às dificuldades de implementação, foi perguntado aos respondentes quais os meios utilizados para dissipar as dificuldades no início da adoção da norma. As respostas indicam que a qualidade do *software* contábil e a presença de consultores e auditores colaboraram com a superação das dificuldades iniciais. O supervisor de controladoria justificou a eliminação das dificuldades iniciais pelo fato que “[...] a empresa está consolidada no mercado há muitos anos, sempre adotou transparência e clareza nos registros dos fatos contábeis e sempre trabalhou de forma conservadora em suas decisões.” Em seguida, perguntou-se se as dificuldades apresentadas no processo de convergência das normas internacionais de contabilidade quanto aos Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas ainda persistem. As respostas foram unânimes e revelaram que as dificuldades iniciais foram superadas.

Com base na análise das demonstrações contábeis, a pecuária e as lavouras de cana-de-açúcar, soja e milho foram avaliadas com base no custo histórico até 2009, passando a ser avaliadas pelo valor justo. A entrevista prosseguiu questionando aos gestores qual o método de mensuração mais adequado aos Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas. Novamente, as respostas foram convergentes quanto ao uso do valor justo. Segundo o supervisor de controladoria, o uso deste método de mensuração garantiu “[...] transparência e realidade patrimonial da empresa para análise de sócios, acionistas e investidores”.

O fato de avaliar os Ativos Biológicos pelo valor justo requer que a empresa utilize uma das metodologias previstas no CPC 29. No caso das culturas de cana-de-açúcar e de soja é utilizada a técnica dos fluxos de caixa descontados. Essa técnica é classificada como nível 3, conforme CPC 46 (2012). Em relação às mudanças na mensuração dos Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas trazidas pelo CPC 29, foi interrogado aos respondentes sobre a qualidade da informação que utiliza os fluxos de caixa futuros como forma de determinar o valor justo. Apenas o coordenador de controladoria se encontrou apto a responder esta pergunta. Em sua resposta disse que “Após a implantação da CPC 29, bem como das demais normas de contabilidade, a empresa consegue analisar de fato qual o valor real de sua empresa através do balanço patrimonial, fato que não ocorria antes da implantação das normas internacionais na empresa, pois tudo era registrado a custo histórico”. Ou seja, em virtude disso, houve melhoria na qualidade das informações.

Como a empresa utiliza o fluxo de caixa descontado como método de mensuração do valor justo em alguns dos seus Ativos Biológicos, foi questionado aos gestores suas opiniões sobre o uso desta metodologia. O coordenador de controladoria afirmou ser um método subjetivo principalmente por depender de informações do mercado que estão em constante variação. Contudo, o supervisor de controladoria disse se tratar de uma metodologia interessante “[...] pois, permite aos gestores e analistas das informações mensurarem o valor da minha cultura com preços e projeções futuras, levando em conta os desgastes do canal até o momento da sua total exaustão, evidenciando assim a real potencialidade de geração de caixa futura com a determinada cultura analisada [...]”. Além disso, ainda enfatizou “[...] ser uma exigência para que os auditores independentes emitam seus pareceres durante suas auditorias realizadas, demonstrando assim confiabilidade e consolidação nas informações contábeis da empresa [...]”.

Considerando as respostas dos gestores, obtém-se a compreensão de que, apesar da adoção do CPC 29 influir mudanças no tratamento contábil dos Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas, apresentando dificuldades em um momento inicial, a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade relativas aos Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas mostrou-se promotora no aumento da qualidade da informação após a passagem da inicial de adaptação. Esses resultados são coerentes com aqueles obtidos por Martins, Machado e Callado (2014). Isto demonstra que os usuários internos da informação contábil foram afetados positivamente pela adoção das Normas Internacionais de Contabilidade, corroborando com Lima (2010) que identificou aumento na qualidade das informações, o que levou a uma percepção mais fidedigna da realidade econômica-financeira da empresa por meio dos valores contábeis contidos nos relatórios financeiros. Além disso, indicam que os usuários externos também foram beneficiados pelas mudanças contábeis, em virtude dos demonstrativos financeiros passarem a ser dotados de maior transparência.

Por meio desta análise, verifica-se que a adoção do CPC 29 no caso estudado foi um processo de desinstitucionalizar práticas contábeis para institucionalizar novas práticas, por vezes desconhecidas, mas solicitadas pelo ambiente contábil convergente as Normas Internacionais de Contabilidade. Todavia, houve melhorias na qualidade da informação contábil, inclusive na evidenciação das notas explicativas. Além disso, verifica-se que a empresa tem postura de reação as pressões organizacionais como a imagem da empresa para o mercado de emitir suas demonstrações em acordo com as normas contábeis vigentes e a aceitação das contribuições e apontamentos de adequação das mudanças ocasionadas pelo CPC 29 emitidas pela auditoria externa.

A análise das entrevistas, seguindo os mecanismos da Teoria Institucional, para compreender qual mecanismo foi predominante na adoção do CPC 29 (desinstitucionalizar e institucionalizar práticas contábeis) identificou as seguintes expressões recorrentes: *“exigência para que os auditores independentes emitam seus pareceres”*; *“transparência da realidade patrimonial da empresa para análise de sócios, acionistas e investidores”*; *“confiabilidade e consolidação nas informações contábeis da empresa”*; *“encontrar o critério mais justo para avaliação”*; *“a empresa consegue analisar de fato qual o valor real de sua empresa através do Balanço Patrimonial, fato que não ocorria antes da implantação das normas internacionais na empresa”*. Entendeu-se que houve a predominância do mecanismo coercitivo.

Esse entendimento se dá pelo fato que o conteúdo remete à significados de atendimento essência contábil e ao mesmo tempo preocupados com *“sócios, acionistas e investidores”*. Estes resultados reafirmam as conclusões de Cardoso (2009) e Espejo et al. (2010).

Outro fator identificado nas respostas de ambos os gestores foi a auditoria independente. O cumprimento das expectativas da auditoria mostrou-se como fator imprescindível. Isso demonstra que, na percepção dos gestores, a auditoria externa tem poder de influenciar a postura dos contadores para os regulamentos que tem a função de reduzir a assimetria informacional.

Além destes elementos, a empresa preocupa-se com sua imagem perante o mercado, que pode ser notado por meio da expressão *“empresa consolidada há muitos anos”* e *“conservadora em suas decisões”*. Isto demonstra que também é influenciada por expectativas culturais, confirmando que existe apego a práticas e procedimentos que estão institucionalizados, independentemente da sua eficácia (Meyer e Rowan, 1977; Doadrio; Alvarado & Carrera, 2015). E, entende-se que a empresa melhorou a qualidade da divulgação

das informações sobre Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas a partir da obrigatoriedade de adoção do CPC 29.

## 5 Considerações Finais

O objetivo desta pesquisa foi analisar as modificações nas práticas contábeis sobre Ativos Biológicos a partir da implementação do CPC 29 na perspectiva dos elaboradores das informações contábeis. O estudo de caso descritivo realizado em uma companhia de capital fechado que atua no segmento agropecuário possibilitou compreender aspectos que estão implícitos à informação contábil reportada, porque envolve os elaboradores das demonstrações contábeis.

A partir dos resultados alcançados, depreende-se que as alterações promovidas pelo CPC 29 influenciaram na forma de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos Ativos Biológicos e dos Produtos Agrícolas. Quanto ao reconhecimento, verificou-se que a estrutura das demonstrações contábeis foi alterada devido aos novos procedimentos determinados pelo regulamento contábil, trazendo mais profundidade nas informações sobre estes ativos. A mensuração dos Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas por meio do valor justo elevou a qualidade das informações contábeis. Influuiu em dificuldades na adoção inicial e exigiu maior acompanhamento e controle por parte dos contadores, porém, também fez emergir a relevância das informações constantes nos relatórios financeiros, atendendo ao principal objetivo da reformulação das normas de contabilidade internacionais e brasileiras.

A respeito da evidenciação, identificou-se que os requisitos constantes no CPC 29 foram determinantes na melhoria das informações constantes em notas explicativas. Mesmo ainda não tendo alcançado um atendimento integral, a evidenciação praticada atualmente é superior à época anterior a adoção das normas de contabilidade. Mediante as alterações na forma de reconhecer, mensurar e evidenciar os Ativos Biológicos e os Produtos Agrícolas, depreende-se que o mecanismo de coerção, provenientes de regras e leis, é a forma de obter uma legitimidade sancionada, seja pela auditoria externa quando pelos *stakeholders* e o mercado. Portanto, conforme a Teoria Institucional, busca a legitimidade a partir da incorporação de ações que garantam o alinhamento com as expectativas dos indivíduos e em conformidade com as normas sociais.

Os resultados contribuem na compreensão sobre as mudanças das características das informações. Foi identificado neste estudo de caso que o efeito causado na atividade decisória, decorrente das alterações nas práticas contábeis, foi favorável, por trazer maior qualidade às informações contábeis. Isto corresponde ao atendimento dos objetivos almejados pelos órgãos responsáveis pela adaptação das normas contábeis, principalmente quanto à relevância das informações.

Em virtude da utilização de caso único de estudo, os resultados da pesquisa limitam-se à empresa, à unidade de análise (Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas) e ao período estudado. possibilidade de estudos futuros é ampliar a unidade de análise e realizar estudos de casos comparativos.

## Referências

- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. (3ª reimp da 1 ed.). São Paulo: Edições 70.
- Barros, C. C., Souza, F. J. V., Araujo, A. O., Silva, J. D. G., & Silva, M. C. (2012). O impacto do valor justo na mensuração dos ativos biológicos nas empresas listadas na BM&FBOVESPA. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 17(3), 41-59.

- Brandão, I., De Luca, M., & Vasconcelos, A. (2014). Características do guidance nas maiores companhias abertas do Brasil. *Revista Universo Contábil*, 10(4), 106-127. Recuperado de <https://gorila.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/4158>
- Callado, A. A. C., & Pinho, M. A. B. de. (2015). Evidências de Isomorfismo Mimético sobre Práticas de Gestão de Custos entre Micro e Pequenas Empresas de Diferentes Setores de Atividade. *Contabilidade Vista & Revista*, 25(2), 119-137. Recuperado de <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/2208>
- Cardoso, R.L., Saravia, E., Tenório, F.G., & Silva, M.A. (2009). Regulação da contabilidade: teorias e análise da convergência dos padrões contábeis brasileiros aos IFRS. *Revista de Administração Pública*, 43(4), 773-799. <https://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122009000400003>
- Carvalho, F., & Colares, A. (2013). As características qualitativas fundamentais da informação contábil-financeira que surgiram a partir do processo de harmonização das normas internacionais de contabilidade sob a ótica dos profissionais contábeis. *Revista Contabilidade e Controladoria*, 5(3). doi:<http://dx.doi.org/10.5380/rcc.v5i3.31814>
- Pronunciamento Técnico CPC 00, de 10 de Dezembro de 2019. Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. Recuperado de [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573\\_CPC00\(R2\).pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00(R2).pdf)
- Pronunciamento Técnico CPC 16, de 08 de Setembro de 2009. Estoques. Recuperado de [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/243\\_CPC\\_16\\_R1\\_rev%2013.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/243_CPC_16_R1_rev%2013.pdf)
- Pronunciamento Técnico CPC 26, de 15 de Dezembro de 2011. Apresentação das Demonstrações Contábeis Estoques. Recuperado de [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/312\\_CPC\\_26\\_R1\\_rev%2014.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2014.pdf)
- Pronunciamento Técnico CPC 27, de 31 de Julho de 2009. Ativo Imobilizado. Recuperado de [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/316\\_CPC\\_27\\_rev%2014.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/316_CPC_27_rev%2014.pdf)
- Pronunciamento Técnico CPC 29, de 16 de Setembro de 2009. Ativo Biológico e Produtos Agrícola. Recuperado de [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/324\\_CPC\\_29\\_rev%2014.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/324_CPC_29_rev%2014.pdf)
- Pronunciamento Técnico CPC 46, de 20 de Dezembro de 2012. Mensuração do Valor Justo. Recuperado de [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/395\\_CPC\\_46\\_rev%2014.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/395_CPC_46_rev%2014.pdf)
- Dias Filho, J., & Moura, F. (2013). Evidenciações de informações sociais em seis bancos brasileiros – uma análise à luz da Teoria Institucional. *Revista Universo Contábil*, 9(3), 06-21. doi:<http://dx.doi.org/10.4270/ruc.20139>
- DiMaggio, P., & Powell, W. (1983). The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields. *American Sociological Review*, 48(2), 147-160. Retrieved February 16, 2020, from [www.jstor.org/stable/2095101](http://www.jstor.org/stable/2095101)
- Doadrio, L.; Alvarado, M., Carrera, N. (2015). Reforma de la normativa contable española: análisis de su entramado institucional. *Spanish Accounting Review*, v. 18, n. 2, p. 200-2016, 2015.
- Einsweiller, A.C.; Fischer, A. (2013). Efeitos da aplicação de valor justo no Ativo Biológico de uma empresa do ramo de celulose e papel. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, Florianópolis, v. 12, n. 37, p. 24-34, dez. 2013.
- Ernst & Young; FIPECAFI. *Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- Espejo, M.M.S.B., Frezatti, F., Cruz, A.P.C., Costa, F. (2010). Uma abordagem institucional do subjetivismo responsável na adoção das normas internacionais de contabilidade: uma

- análise crítico-reflexiva sobre os inibidores à convergência no Brasil. *Estudos do ISCA, Aveiro*, v. 2, p. 1-23, 2010.
- Felix, I. M. N., Guarido Filho, E. R., & Gonçalves, S. A. (2015). Isomorfismo normativo versus isomorfismo mandatório na adoção de práticas organizacionais. *Revista Organizações em Contexto*, 11(22), 383-419.
- Freire, M. M. A., Silva, C. R. M., Albuquerque Filho, A. R., & Aquino, C. V. M. G. (2018). Conformidade com O CPC 29 e Fatores Associados: Uma Análise das Empresas que Compõem o Setor não Cíclico da B3. *Pensar Contábil*, 20(73), 34-43.
- Hlatshwayo, H. & Zulu, M. (2019). Pricing of fair value instruments reported under International Financial Reporting Standards 7: South African setting. *South African Journal of Economic and Management Sciences*, 22(1), 1-9.  
<https://dx.doi.org/10.4102/sajems.v22i1.2345>
- Hendriksen, E. S.; Van Breda, M. (2012). *Teoria da contabilidade*. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- Lima, J.B.N. (2010). *A relevância da informação contábil e o processo de convergência para as normas IFRS no Brasil*. 236 f. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- Martins, G.A. (2008). *Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- Martins, V., Machado, M., & Callado, A. (2014). Relevância e representação fidedigna na mensuração de ativos biológicos a valor justo por empresas listadas na BM&FBovespa. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 11(22), 163-188.  
doi:<https://doi.org/10.5007/2175-8069.2014v11n22p1>
- Macedo, M. A. S.; Araújo, M. B. V.; Braga, J.P. (2012). Impacto do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade na relevância das informações contábeis. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, Brasília, v. 6, n. 4, p. 367-382, out./dez., 2012.
- Meyer, J. W.; Rowan, B. (1977). Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. *The American Journal of Sociology*, v. 83, n. 2, p. 330-363, 1977.
- Nascimento, R. B.G. (2011). Mensuração de Ativos Biológicos (aves e suínos): uma análise crítica do CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola. 118 f. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.
- Parente, P. H. N., Mota, A. F., Cabral, A. C. de A., Santos, S. M. dos, & Brandão, I. de F. (2014). Teoria institucional e disclosure de sustentabilidade: uma investigação no setor de energia elétrica. *RACE - Revista De Administração, Contabilidade E Economia*, 13(3), 889-918. Recuperado de <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/race/article/view/4202>
- Rech, I.J.; Oliveira, K.G. (2011). Análise da aplicação da CPC 29 e IAS 41 aos Ativos Biológicos no setor de silvicultura. *Anais... 5º Congresso Anpcont*, Vitória: UFES, 2011.
- Ribeiro, A. M., Carmo, C. H. S., Fávero, L. P. L., & Carvalho, N. (2016). Poder Discricionário do Gestor e Comparabilidade dos Relatórios Financeiros: Uma Análise do Processo de Transição Regulatória da Contabilidade Brasileira. *Revista Contabilidade & Finanças - USP*, 27(70), 12-28.

- Rizza C., Ruggeri D. (2018). The institutionalization of management accounting tools in family firms: the relevance of multiple logics. *Journal of Management Control*, 2018, Volume 28, Number 4, Page 503
- Sacomano Neto, M., Truzzi, O. M S. & Kirschbaum, C. (2013). Isomorfismo e Controle Institucional em uma Planta Modular da Indústria Automobilística. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 15(49), 524-544. <https://doi.org/10.7819/rbgn.v15i49.1585>
- Salvador, G., Parisi, C., Peleias, I., & Guerreiro, R. (2018). Informações contábeis tempestivas: uma análise dos mecanismos isomórficos do processo de fechamento contábil. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 15(36), 119-142. doi:<https://doi.org/10.5007/2175-8069.2018v15n36p119>
- Scherch, C.P.; Nogueira, D.R., OLak, P.A., Cruz, C.V.O.A. (2013). Nível de conformidade do CPC 29 nas empresas brasileiras: uma análise com as empresas de capital aberto. *RACE – Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, Joaçaba, v. 12, n. 12, p. 459-489, 2013.
- Schuster, H. A., Moretti, B. R., & Silva, M. Z. da. (2019). Institucionalização de práticas de gestão de risco em uma concessionária de distribuição de energia elétrica. *Contabilidade Vista & Revista*, 29(3), 23-49. <https://doi.org/10.22561/cvr.v29i3.3565>
- Scott, W. R. (2008). Approaching adulthood: the maturing of institutional theory. *Theor Soc*, v. 37, p. 427-442, 2008.
- Silva filho, A.C.C.; Martins, V.G.; Machado, M.A.V. (2013). Adoção do valor justo para os Ativos Biológicos: análise de sua relevância em empresas brasileiras. *Revista Universo Contábil*, Blumenau, v. 9, n. 4, p. 110-127, 2013.
- Silva, R. L. M., Nardi, P. C. C., & Ribeiro, M. S. (2015). Gerenciamento de Resultados e Valorização dos Ativos Biológicos. *Brazilian Business Review*, 12(4), 1-27
- Yin, R.K. (2015). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. (3a ed.). Porto Alegre: Bookman
- Zucker, L.G. (1987). Institutional Theories of Organization. *Annual Review of Sociology*, 13, p. 443-464 <https://doi.org/10.1146/annurev.so.13.080187.002303>